

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.054 - SP (2019/0287208-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : REGINA CELIA RIBEIRO
ADVOGADO : FLAVIA MAGALHÃES ARTILHEIRO E OUTRO(S) - SP247025
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **REGINA CELIA RIBEIRO**, fundamentado nas alíneas "a" e "c", contra acórdão do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Policia! Militar - Condenação pela prática do delito de extravio culposo de arma de fogo - Recurso de Apelação - Alegação de falta de previsibilidade objetiva - Desaparecimento da arma - Técnica de laboratório do Centro Médico da PMESP - Imprudência caracterizada ao guardar a ferramenta de serviço letal em armário do alojamento feminino, fechar a porta com cadeado e acondicionar a chave na folha logo acima, sem qualquer espécie de tranca ou obstáculo à sua posse; em local cujo acesso era liberado a pessoas estranhas à caserna - Dever de cuidado objetivo - Base Militar equipada com local destinado especificamente à finalidade de guarda de armamento ou seja a "reserva de armas" - Negligência que se perfaz ao relegar ao ob!vio seu dever de vigilância ininterrupta do armamento sob sua guarda, deixando de fazê-lo por considerável lapso de tempo de pelo menos 17 (dezessete) dias - Não observância das cautelas exigidas pelo binômio circunstâncias e prescrições legais - Deu causa ao resultado que tinha o dever jurídico de evitar e não logrou êxito por omissão imprópria = Portaria PM1-001-02-10 - Resultado previsível configurado - Decreto condenatório coeso a embasar a incontroversa conduta delitiva da miliciana - Ação procedente - Considerando o efeito devolutivo integral, cuja amplitude não se encontra adstrita às teses deduzidas pela Defesa - Autorizo o uso de armamento em serviço durante o período de prova do *sursis*, mantidos os demais dispositivos da sentença." (e-STJ, fls. 280-281)

Nas razões do especial, aponta contrariedade ao art. 18, II, do Código Penal (CP), art. 303 do Código Penal Militar (CPM) e art. 439, b, do Código de Processo Penal Militar (CPPM), alegando, em suma, a ausência de culpa, porquanto seria imprevisível o furto do armamento no contexto, dada a alteração no quadro psíquico da recorrente.

Postula, subsidiariamente, para que seja desclassificado o crime para o previsto no art. 303 do Código Penal Militar (CPM).

Argumenta que a tipificação pelo crime do art. 265 do CPM exigiria que a arma subtraída compusesse navio, aeronave ou engenho de guerra motomecanizado, inócurren!te na hipótese, impondo a incriminação pelo delito comum de peculato.

Contrarrazões às fls. 312-313 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 352-357).

É o relatório.

Decido.

No que se refere à violação ao art. 18, II, do CP, e 439, b, do CPPM, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu pela culpa da recorrente com base no seguinte:

"A Cb PM Fernanda Braga Costa dos Santos Prestou informações semelhantes e malgrado não participasse do serviço de guarda em virtude de trabalhar na área de saúde, **viu a réu concorrer algumas vezes ao serviço de guarda e a observou desempenhar normalmente suas atribuições no HPM, após o falecimento de sua genitora**, desconhecendo se ela já se submetia a tratamento psiquiátrico antes dos fatos.

Interrogada Cb PM Regina Célia Ribeiro declarou ter visto o armamento pela última vez entre os dias 30 e 31 de agosto. Não soube explicar porque demorou 17 (dezessete) para notar o extravio. **Não esteve afastada nesse período o que só aconteceu em decorrência do falecimento de sua genitora. Asseverou que ao sair do serviço tirou o cinturão e colocou na mesa, mas não se recorda detalhes do ocorrido.** Descreveu que o armário do alojamento feminino onde guardava a arma era fechado com cadeado, **mas tinha livre acesso inclusive ao pessoal da limpeza.** Mora em Guarulhos, no bairros Gopoúva e realiza esse itinerário para trabalhar no Tremembé com seu carro sempre em trajes civis pois utiliza o alojamento todos os dias. Descreveu que a morte da mãe a abalou e desestruturou demais. Não moravam juntas, mas tinha uma afinidade enorme com ela. Após esse episódio não perdeu mais nada, mas se esquecia o lugar que colocava as coisas e inclusive onde estacionava o carro. Faz tratamento medicamentoso e a psiquiatra preconizou restrição sobre a posse de arma.

Não obstante a combatividade da Defesa, o exame exauriente do processado não nos permite o acolhimento do apelo. Com efeito, o legislador pátrio não positivou no ordenamento jurídico vigente qualquer dispositivo legal que isente de pena ou exclua o crime perpetrado, mesmo que na modalidade culposa, por aquele que esteja emocionalmente enfraquecido em decorrência da perda afetiva por maior que ela seja, prepuiamente em se tratando de agente que em momento algum foi declarado inapto ao exercício de suas atribuições em decorrência do falecimento de sua genitora." (e-STJ, fl. 286)

Como se vê, o Tribunal *a quo*, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu pela existência de elementos suficientes que comprovam a autoria e materialidade delitiva, concluindo que a recorrente teria agido de forma negligente.

Nesse contexto, o acolhimento da pretendida absolvição demandaria o inevitável reexame das provas produzidas, o que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

No ponto:

"[...]

1. O Tribunal *a quo*, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluiu pela existência de elementos suficientes que comprovam a autoria e materialidade delitiva, afirmando que o Agravante teria agido de forma imprudente e negligente. Nesse contexto, o acolhimento da pretendida absolvição demandaria um inevitável reexame das provas produzidas, o que encontra óbice no enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

2. O direito penal não contempla a compensação de culpas.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no Ag n. 1.270.983/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, 5ª T., DJe 18/5/2011)

"[...]

1. A negativa de prestação jurisdicional somente se afigura quando o Tribunal deixa de se manifestar sobre ponto que seria imprescindível ao desfecho da causa e não quando decide em sentido contrário ao seu interesse da parte.

2. O exame de tese absolutória que, como in casu, requer a imersão vertical no acervo fático-probatório produzido nos autos, a fim de averiguar se a ré não teria agido ao menos com culpa no acidente automobilístico fatal, é procedimento vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp n. 789.614/PR, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 7/4/2017)

No que se refere à violação do art. 303 do CPM, a jurisprudência desta Corte pacificou orientação no sentido de que o extravio de qualquer armamento da corporação, por meio de conduta culposa, amolda-se aos arts. 265 e 266 do CPM, tal como concluído pelo Tribunal de origem.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME MILITAR. EXTRAVIO CULPOSO DE ARMAMENTO. ARTS. 265 E 266 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE PECULATO CULPOSO. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. MILITAR DE FOLGA. NEGLIGÊNCIA NO ACAUTELAMENTO DA ARMA. POSTERIOR RESTITUIÇÃO DO BEM. IRRELEVÂNCIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.

1. À luz do princípio da especialidade, o caso em exame se amolda suficientemente ao tipo descrito nos arts. 265 e 266, ambos do Código Penal Militar, em razão do extravio de armamento da corporação, por intermédio de conduta culposa.

Superior Tribunal de Justiça

2. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se quaestio afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal. 3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1.759.904/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 26/11/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do recurso especial, e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator